

PAPEL DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO: O CASO DO PROJETO *COMETA* EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT

**Rosani Rios Carvalho
Nayhara Mirelli Moraes da Silv
Maria Clara Ede Amaral**

RESUMO:

Este estudo examina o papel do empresariado na educação, por meio do Programa Cometa Educação, desenvolvido no município de Cáceres-MT. O Programa é voltado para a alfabetização de Jovens e Adultos cuja execução tem se dado por meio de parcerias públicas e privadas. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, com análise de documentos oficiais do Programa, entrevista semi-estruturada e estudos bibliográficos, compreende o ano 2000 à 2013. A análise demonstrou que a execução de políticas de EJA, mesmo sendo uma responsabilidade do Estado, historicamente parte desta função vem sendo transferidas ao setor privado, por meio de ONGs, e desde a década de 1990 financiada pelo Estado. Por fim, conclui-se que a execução do Programa Cometa Educação voltado à Alfabetização de Jovens e Adultos por meio das parcerias informais (instituições públicas e privadas) tem sido marcada pela precarização.

Palavras-chave: Estado, EJA, Empresariado na Educação.

INTRODUÇÃO

Este texto parte de estudos realizados em trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT e de estudos realizados como bolsista da Iniciação Científica. Tem por finalidade discutir o Papel do Empresariado na Educação: o caso do Programa “Cometa Educação” no município de Cáceres, MT.

A partir das décadas de 1980 e 1990, com a reforma do Estado em diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil, o empresariado passou a se interessar mais pela educação, formulando propostas educacionais direcionadas ao setor público.

A partir dos anos 1980 emergiram nos meios político e econômico, movimentos como a globalização, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a Terceira Via, considerados estratégias à superação da crise estrutural do capital (PERONI, 2008). Devido à essa crise tem-se redefinido o papel do Estado e este tem transferido algumas funções, como execução de políticas sociais, ao setor privado.

A execução de políticas públicas sociais, como as de educação, antes executadas pelo Poder público, são, gradativamente, objeto de novos arranjos institucionais com o setor

privado, com inúmeras ações financiadas pelo setor público. No caso das empresas, as que implementam programas sociais, em especial, na área da educação são designadas de empresas com responsabilidade social e o empresário, por sua vez, recebe o título de “empresário cidadão”, o que lhes rende, além de lucro financeiro, reconhecimento social.

A referida pesquisa possui caráter qualitativo, pois não se interessa em quantificar os resultados, nem mesmo generalizá-los. Constaram de estudos bibliográficos, análise documental e um roteiro para entrevista semi-estruturada, aplicada aos parceiros do projeto – público e privado, alfabetizadores, coordenadores que trabalharam e/ou trabalham com o projeto desde o início de sua implantação, assim como o mantenedor.

Esta pesquisa evidenciou que a execução de políticas de EJA, mesmo sendo uma responsabilidade do Estado, historicamente parte desta função vem sendo transferida ao setor privado, por meio de ONGs, mas financiada pelo Estado. Por fim, conclui-se que a execução do Programa Cometa Educação voltado à Alfabetização de Jovens e Adultos por meio das parcerias informais (instituições públicas e privadas) tem contribuído para a precarização da oferta educacional a esta modalidade de ensino.

Estado e papel do Estado pós-reforma e papel do Empresariado na Educação

Partindo do princípio que o capitalismo passa por uma crise estrutural, Mézáros (2009) sustenta que é vã a ação dos governos e instituições globais em face da crise estrutural do capital. Que esta crise não tem nada de nova mas é duradoura, ou seja, esta crise está em desenvolvimento, vivemos numa crise estrutural cada vez mais profunda. Mézáros (2009) salienta que:

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário”- do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais. (MÉSZÁROS, 2009, p.96)

Mézáros (2009) afirma que é irônico e absurdo que os apologistas de tal sistema, creiam que ele seja democrático e base de modelo para qualquer democracia concebível.

A partir dos anos 1980 emergiram nos meios político e econômico, movimentos como a globalização, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a Terceira Via,

considerados estratégias à superação da crise estrutural do capital (PERONI, 2008). Devido à essa crise tem-se redefinido o papel do Estado e este tem transferido funções consideradas não estratégicas, como saúde, educação, cultura, entre outras ao setor privado.

Pode-se considerar que as bases para mudanças no papel do Estado têm suas origens no neoliberalismo e na Terceira Via. Essas correntes se apresentam como modelo à solução aos problemas do Estado. Uma das ações dessa política é a inserção de mecanismos de mercado nas ações dos governos, como por exemplo, o estabelecimento de parcerias entre setores público e privado.

Estado neoliberal ou neoliberalismo conforme Torres (2009) são expressões usadas para caracterizar um novo tipo de Estado que emergiu nas últimas décadas. Neste sentido, Frigotto (2009) apresenta excelente análise das prerrogativas neoliberais, afirmando que

A idéia-força balizadora do ideário neoliberal é a de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimos de eficiência, qualidade e equidade. Desta idéia-chave advém a tese do Estado mínimo e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como o direito à estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. (FRIGOTTO, 2009, p.79)

Segundo a teoria neoliberal, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. Portanto, é necessário minimizar o papel do Estado para superar a crise. Outra corrente que comunga do mesmo diagnóstico de crise, a Terceira via, se apresenta como uma alternativa ao neoliberalismo e à social democracia ao velho estilo.

A Terceira Via apresenta-se como uma alternativa ao neoliberalismo e à antiga social-democracia. Apesar de ter o mesmo diagnóstico, de que o Estado está em crise, apresenta estratégias diferentes de superá-la. O neoliberalismo propõe a privatização, a passagem praticamente total para o mercado, ficando para o Estado apenas a coordenação, não mais a execução. A Terceira Via tem outra que não a privatização: o “terceiro setor” (PERONI, 2008, p.113).

Para Montão (2008) o terceiro setor é entendido como, a sociedade civil, como segundo setor o mercado, a esfera privada, das atividades econômicas entre empresas e demais agentes econômicos e como primeiro setor, o Estado, a esfera pública, da política.

Com a implementação do programa da reforma da administração pública, transfere-se para o setor privado a execução de políticas sociais que para os reformadores este realiza de forma mais eficiente. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, MARE, 1995, p.9) é “voltado para a descentralização da prestação de serviços pelo Estado e para a aplicação de novas formas de gestão e de controle que possibilitem uma maior eficiência e qualidade de atendimento ao cidadão”.

Luz (2009) sustenta que “isso não significa dizer que o Estado deixou de se responsabilizar pela Educação, mas pressupõe uma estrutura de gestão educacional em que

setores da iniciativa privada passam também a definir políticas educacionais, tendo em vista as mudanças na governabilidade da educação pública.” (LUZ, 2009, p.11). É neste contexto que pretendemos situar o projeto Cometa Educação, que desde 2000 vem desenvolvendo um Programa de alfabetização no município de Cáceres, Programa voltado para a Educação de Jovens e Adultos.

Luz (2009) discute em sua tese de doutorado sobre a Participação do empresariado na educação no Brasil e na Argentina, analisa este contexto afirmando:

Os empresários passaram ver a educação pública como um espaço onde se pode intervir de diversas formas, como, por exemplo, na formação para o trabalho. Simultaneamente, o poder público incentiva a participação das empresas na educação por meio das parcerias intermediadas com as ONGs, os grupos de técnicos, as fundações empresariais etc.(LUZ, 2009, p.11).

Com a reforma da administração pública, as empresas passaram a investir e implementar programas sociais, em especial, na área educacional, sendo assim designadas de empresas com responsabilidade social e o empresário, por sua vez, recebe o título de “empresário cidadão”, o que lhes rendem, além de lucro financeiro, reconhecimento no meio social. Nessa perspectiva, será apresentado o objeto deste estudo.

O Programa Cometa Educação no município de Cáceres: subsídios ao debate sobre responsabilidade social da empresa na oferta educacional.

Este tópico tem a finalidade de apresentar os resultados da pesquisa empírica sobre o Programa Cometa Educação. Para isso identificamos nos dados da pesquisa alguns eixos temáticos selecionados para análise, tais como:

Implementação do Programa Cometa Educação

Neste eixo apresentaremos alguns itens elencados pelos entrevistados sobre a implementação do Programa Cometa Educação. Segundo o diretor presidente do Grupo Cometa “*a motivação que eu tive foi a necessidade que eu via de ajudar a comunidade. Eu ficava olhando os programas sociais do governo, de alfabetização inclusive, e vendo que não funcionava, que eram programas inócuos, que não têm um grande aproveitamento[...]*O sistema é falho, errado, não é produtivo” [...] (Francis, entrevista em 2013)

Luz sustenta (2009) que é disseminada uma imagem negativa do Estado e uma supervalorização do mercado e da gestão privada. Neste sentido, fica perceptível na fala do entrevistado a lógica de que o Estado é ineficaz e o mercado é eficiente e produtivo, passa-se a ideia de que o privado é a solução para os problemas do setor público. Braatz (2008) avalia que [...] “a corrente neoliberal capitalista tem sutilmente inserido no imaginário social que o Estado é uma instituição falida” (BRAATZ, 2008, p.81).

De acordo com a ex-Coordenadora Eliane Lázari, o Programa iniciou com (14) quatorze professores e (50) cinquenta alunos, os núcleos eram pequenos, com (04) quatro, no máximo (05) cinco alunos. No princípio do Programa os professores iam às casas dos alunos, posteriormente foram formando os núcleos em espaços como: centros comunitários, igrejas, barracões etc. Até porque, a proposta do projeto, segundo Eliane Lázari, não era um projeto de alfabetização na modalidade regular, que funcionava em espaços escolares, mas “[...] *a proposta do Cometa Educação, era em espaço não-escolar, era onde houvesse disponibilidade e possibilidade do acadêmico ir até o grupo de alfabetizandos.*” (Eliane, entrevista em 2014). Conforme Gohn (2009) “As práticas da educação não-formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares”. (GOHN, 2009, p. 31).

Atualmente, o Programa conta apenas com (05) cinco alfabetizadores, ou seja, (05) cinco núcleos, pelo fato de estar ficando muito oneroso e o empresário custear todas as despesas, e não ter parceiros de natureza financiável. Segundo a coordenação do Programa, os principais objetivos da empresa com a implementação do Programa foram: diminuir o índice de analfabetismo no município de Cáceres e gerar impacto social na vida dos alfabetizandos.

Quanto à questão da redução do índice de analfabetismo, o levantamento estatístico abaixo trata da taxa de analfabetismo da EJA em Cáceres. Este foi elaborado a partir dos censos demográficos disponibilizados pelo DATASUS, utilizando fontes do IBGE. Segundo esta pesquisa, no ano de 2000 havia 14,42% de analfabetos. Já em 2010 Cáceres não alcançou êxito significativo no que diz respeito à redução do analfabetismo da EJA, pois havia 10,77% de analfabetos, diminuindo o índice de analfabetismo em apenas 3,65% isto em dez anos.

Podemos concluir que o índice de analfabetismo em Cáceres ainda é alto, que o envolvimento do Programa Cometa Educação produz resultados ínfimos em comparação à demanda existente, como afirmou a ex-Coordenadora do Programa “[...] *a gente observou que de certa forma, assim tímida num universo de quase cem mil habitantes que Cáceres tem, eu acho não, eu acredito que gerou impacto social.* (Eliane, entrevista em 2014)”

Diante dos dados acima, podemos afirmar que, se de fato o privado fosse a solução para resolução dos problemas públicos educacionais, por ser “sinônimo” de maior eficiência, o índice de analfabetismo em Cáceres teria reduzido consideravelmente.

A ex-Coordenadora destaca outro objetivo que é gerar impacto social na vida dos alfabetizando. “[...] *nós tivemos alunos egressos do Cometa educação que alavancaram nos estudos com a educação de jovens e adultos [...] outros foram fazer outros cursos, passaram a confeccionar materiais de artes plásticas, elas começaram a vender, começaram a produzir, sabão, começaram a produzir biscoitos [...]*” (Eliane, entrevista em 2014)

Ao questionar o empresário se ele encontrou dificuldades na implantação do Programa Cometa Educação, ele destaca duas situações: *professores que não tinham compromisso achando que era uma brincadeira aquilo, não levaram a sério, e, os próprios alunos que também estavam mais preocupados em ser uma fonte dele conseguir recursos para sobrevivência do que com o aprendizado.* (Francis, entrevista em 2013)

Gohn (2009) apresenta algumas atribuições indispensáveis ao trabalho do educador social, sustentando que os temas devem emergir do cotidiano do grupo e os Educadores Sociais são importantes para construir o processo participativo com qualidade. “O diálogo, tematizado – não é um simples papo ou conversa jogada fora” [...] (GOHN, 2009, p.33)

Dessa forma, a realidade do aluno trabalhador deve ser levada em conta, pois esta população é carente em muitos aspectos desprovidas do essencial para sobrevivência. Compreendo a preocupação do empresário em alfabetizar, porém, entendo também quando este segmento busca “recursos para sua sobrevivência”, pois “os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo.” (GADOTTI, 2003, p.31)

Porém, as Alfabetizadoras elencaram outras dificuldades que diferem das destacadas acima, são elas: local de alfabetização e material didático. Sobre isso Gadotti (2003) sustenta

[...] existem questões estruturais que determinam o sucesso ou o fracasso de um currículo. Elas interferem no rendimento escolar do aluno, nas relações sociais e humanas, no ambiente que pode ser favorável ou não ao ensino-aprendizagem. (GADOTTI, 2003, p.02)

As dificuldades apresentadas pelas alfabetizadoras vêm ao encontro do que pensa Gadotti (2003), que as questões estruturais influenciam o ambiente ensino-aprendizagem. Segundo elas “[...] *tinha um material assim, que não era adequado [...] o espaço físico na época não era apropriado para o processo ensino-aprendizagem [...]*” (Isaura, entrevista em 2014)”. Conforme a proposta curricular- 1º segmento do ensino fundamental da EJA (2001)

[...] revela-se uma preocupação crescente de ofertar materiais de leitura adaptados aos neo-leitores. Para os níveis de pós-alfabetização, os materiais são mais escassos. Os mais originais são aqueles que aproveitam textos escritos pelos próprios educandos como textos de leitura. A maioria, entretanto, reproduz os livros didáticos utilizados no ensino primário regular, adaptados para uma temática mais adulta. (MEC, 2001, p. 28, 29)

A alfabetizadora Sonia complementa, “o *espaço físico para nós não foi adequado [...] eu acredito que precisa respeitar a condição física do alfabetizando. [...] A educação tem que se fazer num local apropriado, horário apropriado, porque o idoso tem problemas de artrose, artrite, problema de visão, de audição [...]*” (Sonia, entrevista em 2014).

Segundo Saviani (1999), o próprio Plano Nacional de Educação na meta (8) oito concede permissão que a EJA se desenvolva em qualquer lugar ocioso, a quem queira “oferecer” o espaço educativo, por meio de parcerias para aproveitamento de espaços ociosos existentes na comunidade. (SAVIANI, 1999)

Constata-se que a EJA carece de políticas educacionais voltadas para garantia de uma educação com qualidade, com recursos didáticos e locais apropriados, considerando que os sujeitos dessa modalidade, grande parte destes são idosos. Carecem de cuidados especiais, com local confortável e adequado ao processo ensino-aprendizagem, apropriado a atender suas necessidades.

Responsabilidade Social da Empresa

A partir de 1990 fortaleceram-se mais o conceito de Responsabilidade Social da Empresa (RSE), levando as empresas a desenvolverem estratégias para melhoria da sua imagem. São exigências dos consumidores e investidores, partindo de uma necessidade imposta pela crise do capital e da redefinição do papel do Estado e da empresa (SOUZA, 2013).

Em entrevista com o mantenedor do projeto, questionamos se a empresa Cometa Motocenter é uma empresa com Responsabilidade Social, e se a mesma recebia algum tipo de benefício do Estado. O empresário sustentou que todos os projetos sociais são mantidos pela empresa, sem ter subsídio, sem ter isenção de impostos.

Souza (2013) salienta que a teoria da administração empresarial através das ações de RSE, se esta não gerar despesa à empresa, mas contribuir para a maximização dos lucros dos seus proprietários deixa em dúvida esta RSE, por isso a autora sempre se refere a “RSE” entre

aspas. Ao utilizar a expressão “Responsabilidade Social da Empresa” (RSE) Souza (2013) a usa entre aspas porque questiona sua veracidade, justificando que, por negarem a validade e possibilidade histórica de haver responsabilidade social de empresas na sociedade capitalista, cujo objetivo primordial é a acumulação privada do trabalho do produto coletivo, que se realiza pela exploração da força de trabalho da classe proletária, sendo difícil de creditar a tais empresas a possibilidade delas terem responsabilidade social.

Souza (2013) argumenta ainda, que [...] “quanto maior a empresa, maior o nível de organização dessas ações sociais, havendo inclusive diversas empresas que já constituíram uma gerência ou um setor de “responsabilidade social” em seu organograma, com funcionários alocados e logística para atender a essa estrutura.” (SOUZA, 2013, p.25).

Neste contexto se enquadra a empresa Cometa Motocenter que no dia 01/12/12 criou o Instituto Cometa, entidade sem fins lucrativos que veio para centralizar o gerenciamento dos projetos sociais da empresa.

Parcerias na execução do Programa Cometa Educação

O Programa Cometa Educação (2009) sustenta que para alcançar êxito nas metas, o diretor presidente do Grupo estabeleceu parcerias. Nesse sentido, Adrião e Peroni (2010) explicam: “o termo parceria designa, genericamente, os acordos formalmente firmados pelas esferas governamentais com setores da iniciativa privada.” (ADRIÃO; PERONI, 2010, p.02)

Os parceiros de órgãos públicos do Cometa Educação são: Secretaria do Estado de Educação e Secretaria Municipal de Educação que disponibilizam as salas de aula nas Escolas para funcionamento dos núcleos de alfabetização, a Universidade disponibiliza os acadêmicos, o CEFAPRO com palestras para formação dos alfabetizadores, e, o governo federal por meio do Brasil Alfabetizado. Nesse último caso, a parceria perdurou por dois anos, consistiu na cedência, pelo Brasil Alfabetizado, de professores, pagamento de bolsa à esses professores e a Cometa Motocenter participava com uma parcela de contribuição financeira ajudando na questão do lanche, do uniforme, e, da própria bolsa do professor/acadêmico.

Os parceiros de organizações da sociedade civil são: os Clubes de Serviços como, por exemplo, o SESI que disponibiliza o espaço físico para realização de eventos do Programa, centro comunitário, residência, escola, salão paroquial, igrejas, que são espaços cedidos para funcionamento dos núcleos de alfabetização.

Sobre as parcerias Peroni (2008) analisa que

Por meio das parcerias, podemos verificar principalmente dois movimentos: o público não-estatal, e o quase-mercado, pois as instituições que fazem parceria com o sistema público são do terceiro setor, ou chamadas de públicas não estatais, e as parcerias ocorrem como forma de estabelecer a lógica do privado no público, o chamado quase-mercado. Com o quase-mercado, a propriedade permanece sendo estatal, mas a lógica de mercado é mais eficiente e produtivo do que o Estado (PERONI, 2008, p.115).

A atual coordenadora do Programa deixa muito claro, que todas as parcerias nunca foram formalizadas no âmbito legal. Contudo, evidencia o desejo de o Programa de ter uma parceria com o órgão público de forma mais efetiva. Segundo ela, em 01 de dezembro de 2012, foi criado o Instituto Cometa, com o objetivo de direcionar mais os projetos sociais do Grupo Cometa e até mesmo para captação de recursos e parceiros. Para ela e para a ex-Coordenadora Eliane (2014) sendo uma ONG é mais fácil você angariar esses recursos.

Da mesma forma, a Alfabetizadora Sonia acredita que *“buscando parcerias [...] é o caminho, o conhecimento é o caminho, então eu louvo a ideia do empresário com a prefeitura e a universidade”*. (Entrevista, Sonia, 2014)

Percebemos na análise dos dados da pesquisa, que as parcerias do Programa Cometa Educação funcionam informalmente e isso pode ser a causa da perenidade desse tipo de parceria. Porém, tanto o mantenedor como as coordenadoras e uma alfabetizadora, acreditam que a solução para a educação está na relação de parceria público-privada, sustentando a ideia de que o mercado é o modelo de qualidade, eficiência e eficácia a ser seguido.

Responsabilidade do Estado para com a Educação

Conforme o art. 208 da Constituição Federal de 1988 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (CF, 2002, p. 143)

A Lei Darcy Ribeiro nº 9 394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, designa ao Estado o dever da oferta à educação ao cidadão, a qual é explicitada pelo ex-Assessor Pedagógico de Cáceres (1995 à 2011) ao afirmar *“é uma dívida do Estado com a sociedade. Então é uma dívida tão grande que o Estado não pode se recusar a não atender essa camada da população, é uma dívida social”*[...](Sebastião, entrevista em 2014).

O ex-Assessor pedagógico de Cáceres, juntamente com o atual assessor pedagógico sustentam que a responsabilidade do Estado com a Educação de Jovens e Adultos está sendo cumprida em Cáceres. Contudo, há a necessidade de o setor privado atuar nessa área, pois segundo ele “*é uma dívida social, ela não é somente obrigação do poder público*”(Sebastião, entrevista em 2014).

Discutindo sobre o direito à Educação Gadotti (2005), afirma [...] “Negar o acesso a esse direito é negar o acesso aos direitos humanos fundamentais. É um direito de cidadania, sempre proclamado como prioridade, mas nem sempre cumprido e garantido na prática” (GADOTTI, 2005, p.01).

O Programa Cometa Educação teve uma parceria com a Assessoria Pedagógica de Cáceres em torno do Programa Brasil Alfabetizado. Diante disso, a coordenadora atual do Programa Cometa Educação avalia o papel do Estado da seguinte forma: “[...] *deixa muito a desejar, porque não existe um acompanhamento como tem que ser feito, não existe uma fiscalização, não existe uma coordenação.* (Rita, entrevista em 2014). Neste sentido Peroni (2003), analisa que “o Estado está querendo passar para a sociedade tarefas que deveriam ser suas, principalmente no âmbito de políticas sociais.” (PERONI, 2003, p. 63)

Para a ex-coordenadora do Programa Cometa Educação, apesar da educação ser responsabilidade do Estado “[...] *nada impede que outras instituições, como o terceiro setor também seja um partícipe desse processo.* (Eliane, 2014)”

Segundo Pereira e Spink (2005), defensores da reforma do Estado no Brasil, os serviços de educação, saúde, culturais e de pesquisa científica são serviços não-exclusivos do Estado, mas que o Estado provê, podendo ser oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não-estatal.

Podemos concluir com Braatz (2008), é incontestável que o direito social à educação seja dever do Estado e que sua implementação seja medida que deva ser exigida, conforme as necessidades solicitadas pelos cidadãos. Esta crescente demanda deve constranger o Estado a executar com suas obrigações referentes ao direito social, à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos compreender o papel dos empresários na educação e sua relação com o Estado, focalizando o projeto Cometa Educação.

A partir de 1990, com a reforma da administração pública, surgiram movimentos que foram difundidos e considerados como estratégias para superação da crise como: neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e Terceira Via, compreendidos como solução aos problemas do Estado.

Com a crise o Estado passa a ser visto pelos neoliberais e, posteriormente pela terceira via, como ineficaz na execução das políticas sociais, no papel de mediador das relações capital x trabalho, assim como na sua função direta em áreas econômicas, ao mesmo tempo o setor privado é apresentado como modelo eficiente para resolver os problemas sociais.

Enquadrar-se no perfil de empresa socialmente responsável hoje tem sido as novas condições de mercado. São exigências dos consumidores e investidores, partindo de uma necessidade imposta pela crise do capital e da redefinição do papel do Estado e da empresa (SOUZA, 2013). É neste contexto que se insere as ações do Programa Cometa Educação, adequando-se às novas exigências do mercado.

O fato de o Estado historicamente não assumir a EJA como sua responsabilidade deixa o espaço aberto para as inserções do Terceiro Setor neste segmento. Nota-se com isso a precariedade no atendimento ao direito à educação desta modalidade, que tem sido ofertada como caridade, filantropia e não um direito.

Neste trabalho foi possível observar a carência de políticas educacionais voltadas para garantia de uma educação com qualidade, com recursos didáticos e locais apropriados, pois grande parte dos sujeitos dessa modalidade são trabalhadores e idosos. Portanto, carecem de cuidados especiais, com local confortável e adequado ao processo ensino-aprendizagem, apropriado a atender suas necessidades.

Compreendo que o envolvimento do Programa Cometa Educação, é uma resposta ao movimento das reformas, em que o Estado mudou sua forma de atuação na sua relação com a sociedade, dando primazia ao setor privado na execução e administração das políticas educacionais. Contudo, a execução do Programa Cometa Educação voltado à Alfabetização de Jovens e Adultos, por meio das parcerias informais tem sido precária, caracterizando as dificuldades que esta modalidade tem enfrentado para se constituir como direito de cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. Análise das Consequências de Parcerias Firmadas entre Municípios Brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a Oferta educacional, 2010.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 11ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Delírios da Razão- Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional. In: GENTILI, Pablo. Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação. 16ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta (Instituto Paulo Freire). São Paulo: Cortez, 6ªed. 2003.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009. (Digitalizado)

LÁZARI, Eliane Siqueira de Medeiros. COMETA EDUCAÇÃO: uma responsabilidade social. Cáceres, 2009. (digitalizado).

LUZ, Liliene Xavier. Participação do empresariado na educação no Brasil e na Argentina. Campinas, SP: UNICAMP, tese de doutorado, 2009. (Digitalizado).

MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. Et al. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação Para Jovens e Adultos: Ensino Fundamental-Proposta Curricular- 1º Segmento São Paulo: Ação Educativa: Brasília, 4ªed. 2001.

MONTAÑO, Carlos. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: O papel político-ideológico do “Terceiro Setor”. In: ADRIÃO, Theresa e PERONI, Vera. (org.) Público e Privado na Educação: Novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

PERONI, Vera. Política Educacional e Papel do Estado: No Brasil dos anos 1990. São Paulo, Xamã, 2003.

PERONI, Vera ; ADRIÃO, T. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. Público e privado na educação: novos elementos para o debate. São Paulo, Xamã, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos B.; SPINK, Peter Kevin. Reforma do Estado e Administração pública Gerencial. 7ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por Uma Outra Política Educacional. 2ª.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SOUZA, Silvana Aparecida de. Educação, trabalho voluntário e “responsabilidade social”. São Paulo: Xamã, 2013.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, Privatização e Política Educacional: Elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo. Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação. 16ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ENDEREÇO ELETRÔNICO

BRAATZ, Tatiane H. Direito à Educação: Dever do Estado? Revista Jurídica, CCJ/FURB, v.12, nº24, jul/dez. 2008. Disponível em: proxy.furb.br. Acesso dia: 30/03/14.

BRASIL, A Reforma do Estado dos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Disponível em (www.Planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/-segres-Mare-Caderno. Acesso em 10/06/13).

GADOTTI, Moacir. A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL/NÃO-FORMAL.2005. Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br>. Acesso em: 30/03/14.

GADOTTI, Moacir. A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PARA JOVENS E ADULTOS: Idéias para tornar a escola pública uma escola de EJA. Disponível em: http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Gestao_democ_EJA_2003.pdf-Acesso em: 12/05/14.

TAXA DE ANALFABETISMO. Confira a taxa de analfabetismo nas regiões do Brasil. Disponível em: <https://www.deepask.com/goes?page=Confira-a-taxa-de-analfabetismo-nas-regioes-do-Brasil>. Acesso em: 27/05/14.